

Rumo Malha OESTE S/A - RMO

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Rumo Malha Oeste S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ativos classificados no imobilizado

Veja as Notas 5.12.1 e 6.2 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui investimentos significativos em ativos classificados no imobilizado necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, aliado à geração de resultados abaixo do projetado, existe um risco de não recuperação do valor total desses ativos. Com a identificação desses indicadores, a Companhia considerou o valor em uso para o cálculo do valor recuperável desses ativos, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados que devem advir dos ativos ou unidades geradoras de caixa.</p> <p>A avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impactos relevantes no ativo imobilizado com vida útil definida. Em função do referido e devido à relevância dos montantes envolvidos, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos da Companhia possam ter sofrido desvalorização, bem como avaliamos os controles internos relacionados com a preparação e revisão da projeção de fluxos de caixa futuros, especificamente do plano de negócios e orçamento. Comparamos o orçamento aprovado para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a confirmar a confiabilidade das projeções dos fluxos de caixa futuros. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas para suportar as projeções de fluxo de caixa futuros, incluindo: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de produção do mercado brasileiro de produção industrial e grãos; (iii) expectativa em relação aos preços futuros de fretes rodoviários; (iv) disponibilidade de capacidade de transporte; e (v) outras condições macroeconômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chaves e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo do valor recuperável, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Carlos da Costa Lima Junior
Contador CRC 1SP243339/O-9

RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia implementou a Norma Contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16, que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como arrendatária, a Companhia reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. No resultado das operações, a Companhia deixa de registrar despesas de arrendamento pelas parcelas incorridas/pagas e passa a registrar despesas de amortização do direito de uso e encargos financeiros de juros sobre os passivos de arrendamento.

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T19	4T18	Var. %	12M19	12M18	Var. %
Receita Líquida	24,0	24,4	-1,8%	98,9	89,4	10,5%
Custo dos Serviços Prestados	(20,8)	(42,8)	-51,3%	(96,2)	(166,7)	-42,3%
Lucro Bruto	3,2	(18,3)	n.a.	2,6	(77,3)	n.a.
Margem Bruta (%)	13%	-75%	88,1 p.p.	3%	-86%	89 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2,0)	(3,2)	-39,1%	(6,8)	(8,4)	-19,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1,7)	(79,1)	-97,8%	(17,1)	(83,9)	-79,6%
Depreciação e Amortização	2,8	11,5	-75,8%	38,3	44,7	-14,3%
EBITDA	2,2	(89,2)	n.a.	17,0	(124,9)	n.a.
Margem EBITDA (%)	9,3%	-365,0%	374,3 p.p.	17,2%	-139,6%	156,8 p.p.
<i>Provisão para impairment Malha Oeste</i>	-	77,5	-100,0%	-	77,5	-100,0%
EBITDA Ajustado	2,2	(11,7)	n.a.	17,0	(47,4)	n.a.
Margem EBITDA Ajustada (%)	9,3%	-47,8%	57,1 p.p.	17,2%	-53,0%	70,2 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	- 25,0	- 19,2	30,5%	- 109,8	- 83,4	31,6%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	0,0	0,1	n.a.
Prejuízo Líquido	(25,6)	(119,8)	-78,7%	(131,1)	(252,9)	-48,2%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 24,0 milhões, uma redução de 1,8% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da queda na demanda de transporte agrícolas e industriais. O EBITDA foi de R\$ 2,2 milhões, melhora de mais de 100% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, quando era negativo em 89,2 milhões. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 25,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 119,8 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018. O que representou uma redução de 78,7%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 98,9 milhões, aumento de 10,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da queda da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi de R\$ 17 milhões, melhora de mais de 100% em relação ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do reconhecimento da nova norma contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 131,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um prejuízo líquido de R\$ 252,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	37.222	35
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.295	20.670
Contas a receber de clientes	5.4	8.115	12.514
Estoques		3.908	4.346
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		814	-
Outros tributos a recuperar	5.11	10.425	5.271
Adiantamento a fornecedores	5.10	31	20.029
Debêntures privadas	5.6	148.321	188.299
Outros ativos		2.914	2.783
Ativo circulante		215.045	253.947
Caixa restrito	5.3	1.022	1.953
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.313	29.577
Outros tributos a recuperar	5.11	10.264	24.969
Depósitos judiciais	5.14	40.382	35.879
Adiantamento a fornecedores	5.10	176	47.196
Outros ativos		2.650	3.293
Direito de uso	5.12.2	1.049	-
Imobilizado	5.12.1	98.404	72.025
Ativo não circulante		176.260	214.892
Total do ativo		391.305	468.839

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.7	16.576	19.588
Fornecedores	5.9	15.757	41.023
Ordenados e salários a pagar		6.509	6.504
Outros tributos a pagar		1.329	632
Adiantamento de clientes	5.5	551	26.153
Outros passivos financeiros	3.1.c	2.116	2.046
Outras contas a pagar		5.442	4.646
Passivo circulante		48.280	100.592
Empréstimos e financiamentos	5.7	10.806	27.222
Provisão para demandas judiciais	5.14	37.138	40.693
Passivo de arrendamento	5.8	216.096	-
Arrendamentos e concessões em litígio	5.15	1.528.238	1.406.145
Outras contas a pagar		2.357	2.626
Passivo não circulante		1.794.635	1.476.686
Total do passivo		1.842.915	1.577.278
Passivo a descoberto			
	5.16		
Capital social		551.915	551.915
Reserva de capital		17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial		-255	-213
Prejuízos acumulados		-2.020.836	-1.677.707
Total do passivo a descoberto		-1.451.610	-1.108.439
Total do passivo e passivo a descoberto		391.305	468.839

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional líquida	6.1	98.857	89.441
Custos dos serviços prestados	6.2	-96.236	-166.698
Lucro bruto		2.621	-77.257
Despesas comerciais	6.2	33	962
Despesas gerais e administrativas	6.2	-6.872	-9.408
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-17.084	-83.854
Despesas operacionais		-23.923	-92.300
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-21.302	-169.557
Despesas financeiras		-125.455	-99.843
Receitas financeiras		15.680	16.435
Resultado financeiro líquido	6.4	-109.775	-83.408
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-131.077	-252.965
Imposto de renda e contribuição social	5.13		
Corrente		-10	-17
Diferido		-	110
		-10	93
Resultado do exercício		-131.087	-252.872
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		-0,27398	-0,52851
Por ação preferencial		-0,27398	-0,52851

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	551.915	17.566	-213	-1.677.707	-1.108.439
Adoção inicial a norma CPC 06 / IFRS 16	-	-	-	-212.042	-212.042
Saldo em 01 de janeiro de 2019	551.915	17.566	-213	-1.889.749	-1.320.481
Resultado do exercício	-	-	-	-131.087	-131.087
Outros resultados abrangentes:					
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-42	-	-42
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-42	-131.087	-131.129
Saldo em 31 de dezembro de 2019	551.915	17.566	-255	-2.020.836	-1.451.610

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	551.915	17.566	-78	-1.424.777	-855.374
Adoção inicial a norma CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-58	-58
Saldo em 01 de janeiro de 2018	551.915	17.566	-78	-1.424.835	-855.432
Resultado do exercício	-	-	-	-252.872	-252.872
Outros resultados abrangentes:					
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-135	-	-135
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-135	-252.872	-253.007
Saldo em 31 de dezembro de 2018	551.915	17.566	-213	-1.677.707	-1.108.439

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-131.077	-252.965
Ajustes para:		
Depreciação e perda por valor recuperável	38.296	122.180
Provisão para participações nos resultados e bônus	2.272	2.773
Provisão de demandas judiciais	4.092	7.616
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	-226	-991
Arrendamentos e concessões	-	42.304
Créditos fiscais extemporâneos	-2.459	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	111.151	83.454
Outros	-1.878	-5.357
	20.171	-986
Varição em:		
Contas a receber de clientes	6.797	-9.852
Adiantamentos de clientes	-25.602	25.602
Outros tributos, líquidos	12.810	2.449
Estoques	703	174
Ordenados e salários a pagar	-2.267	-1.877
Fornecedores	-23.897	31.810
Adiantamentos a fornecedores	67.028	62.637
Provisão para demandas judiciais	-9.103	-7.232
Outros passivos financeiros	-55	-485
Outros ativos e passivos, líquidos	-14.147	-21.909
	12.267	81.317
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	32.438	80.331
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	17.796	-17.626
Caixa restrito	931	-127
Adições ao imobilizado e intangível	-43.258	-51.519
Debêntures privadas	51.558	12.582
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	27.027	-56.690
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-19.566	-19.446
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-2.712	-4.168
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-22.278	-23.614

Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	37.187	27
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35	8
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.222	35

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	113.601	104.577
Outras receitas operacionais, líquidas	285	92
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	226	991
	114.112	105.660
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-33.743	-31.466
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-5.346	-18.606
	-39.089	-50.072
Valor adicionado bruto	75.023	55.588
Retenções		
Depreciação e amortização	-38.296	-122.180
	-38.296	-122.180
Valor adicionado líquido produzido	36.727	-66.592
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.680	16.435
	15.680	16.435
Valor adicionado total a distribuir	52.407	-50.157
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	32.260	34.164
Remuneração direta	23.607	26.830
Benefícios	7.597	6.208
FGTS	1.056	1.126
Impostos, taxas e contribuições	19.162	17.835
Federais	11.002	9.791
Estaduais	6.956	6.433
Municipais	1.204	1.611
Remuneração de capitais de terceiros	132.072	150.716
Juros	125.455	99.843
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	6.617	50.873
Remuneração de capitais próprios	-131.087	-252.872
Resultado do exercício	-131.087	-252.872
	52.407	-50.157

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Os contratos de concessão e de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

1.3 Informações sobre grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$131.087 e passivo a descoberto de R\$1.451.610.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 6.2 – “Custos e despesas por natureza” e nota 6.4 – “Resultado financeiro” foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes na demonstração financeira da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2020.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.8 – Passivo de arrendamento:** Prazo do arrendamento se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;

- **Nota 5.12 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.13 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.14 – Provisão para demandas judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
			Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	3.295	20.670	3.295	20.670
Total	3.295	20.670	3.295	20.670

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores (a Companhia não possui transações relevantes como arrendador).

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

(i) Na definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 / IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos, às quais aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

(ii) No tratamento como arrendatária

A Companhia arrenda ativos, incluindo imóveis, infraestrutura ferroviária, material rodante (locomotivas e vagões), veículos e equipamentos de TI. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta os valores contábeis dos ativos de direito de uso (incluindo ativos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros) em uma linha específica do balanço designada "Direito de uso". Da mesma forma, registra os passivos em uma conta distinta chamada "Passivos de arrendamento".

(iii) Política contábil significativa

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão é exercível por ambos os participantes (arrendador e arrendatário).

(iv) Transição

Anteriormente a Companhia dispensava aos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária e material rodante o mesmo tratamento dado aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17. Alguns contratos são ajustados por índices inflacionários como IGP-M ou IPCA.

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a Companhia aplicou esta abordagem ao seu arrendamento de infraestrutura ferroviária e material rodante; ou
- Ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento – a Companhia aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17:

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Os arrendamentos classificados e registrados anteriormente como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 tiveram o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento imediatamente antes dessa data.

(v) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

	01/01/2019
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	131.541
Provisão para perda ao valor recuperável	(131.541)
Total do ativo não circulante	-
Total do ativo	-
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	4.632
Total do passivo circulante	4.632
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	214.704
Arrendamento e concessão	(7.294)
Total do passivo não circulante	207.410
Total do passivo	212.042
Patrimônio líquido	
Reserva de retenção de lucros	(212.042)
Total do patrimônio líquido	(212.042)
Total do passivo e patrimônio líquido	-

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média nominal ponderada aplicada foi de 12,70% (taxa de juros incremental).

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, certificados de crédito imobiliário, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiro sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2019				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	1.638	409	819	(409)	(819)
Títulos e valores mobiliários	145	36	72	(36)	(72)
Caixa restrito	45	11	22	(11)	(22)
Empréstimos e financiamentos	(1.969)	(335)	(671)	335	671
Passivo de arrendamento	25.473	-	-	-	-
Debênture privada	6.526	1.632	3.263	(1.632)	(3.263)
Outros passivos	(67.336)	(16.834)	(33.668)	16.834	33.668
Impactos no resultado do exercício	(35.478)	(15.081)	(30.163)	15.081	30.163

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 4,40% a.a. e 4,57% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
CDI	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
TJLP	4,90%	6,13%	7,35%	3,68%	2,45%
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	37.222	35
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	3.295	20.670
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	1.022	1.953
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	8.115	12.514
Debêntures privadas	148.321	188.299
	<u>197.975</u>	<u>223.471</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2019
AA	2.029
AAA	39.510
Total	41.539

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2019				Total	31/12/2018
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		Total
Empréstimos e financiamentos	(17.834)	(9.149)	(2.071)	-	(29.054)	(51.778)
Fornecedores	15.757	-	-	-	15.757	(41.023)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	2.116	-	-	-	2.116	(2.046)
Passivo de arrendamento	(49.243)	(49.604)	(148.812)	(68.546)	(316.205)	-
	(49.204)	(58.753)	(150.883)	(68.546)	(327.386)	(94.847)

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 2.116 (R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 6,33% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	13	63
Rumo Malha Paulista S.A.	505	1.278
Rumo Malha Sul S.A.	3.389	1.623
Rumo S.A.	857	1.658
Outros	3	102
	4.767	4.724
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Sul S.A.	-	20.000
Outros	2	-
	2	20.000
Debêntures privadas		
Rumo Malha Norte S.A.	148.321	188.299
	148.321	188.299
Ativo circulante	153.090	213.023
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Sul S.A.	-	47.063
Outros	176	133
	176	47.196
Ativo não circulante	176	47.196
Total do ativo	153.266	260.219

	31/12/2019	31/12/2018
Passivos		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	1.608	5.044
Rumo Malha Sul S.A.	1.960	9.986
Rumo Malha Paulista S.A.	1.193	1.389
Raízen Combustíveis S.A.	773	1.292
Outros	679	856
	6.213	18.567
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	25.602
	-	25.602
Passivo circulante	6.213	44.169
Total do passivo	6.213	44.169

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Norte S.A.	39	456
Rumo Malha Paulista S.A.	7.580	3.431
Rumo Malha Sul S.A.	22.177	5.774
	29.796	9.661
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.383)	(6.217)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(6.568)	(9.129)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(22.850)	(24.956)
Outros	(911)	(862)
	(33.712)	(41.164)
Receitas (despesa) compartilhadas ^(v)		
Cosan S.A.	(9)	(420)
Raízen Energia S.A.	(721)	(760)
Rumo Malha Paulista S.A.	715	1.384
Rumo Malha Sul S.A.	(4.938)	(14.831)
Portofer Transp. Ferroviário	(1.092)	-
Rumo S.A.	(925)	(571)
Outros	(63)	(855)
	(7.033)	(16.053)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Paulista S.A.	(867)	-
Rumo Malha Norte S.A.	11.580	14.356
	10.713	14.356

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.

- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, registradas no período findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 337 (R\$ 270 em 31 de dezembro de 2018), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	3.295	20.670
	3.295	20.670
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	37.222	35
Contas a receber de clientes	8.115	12.514
Debêntures privadas	148.321	188.299
Caixa restrito	1.022	1.953
	194.680	202.801
Total	197.975	223.471
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	27.382	46.810
Passivo de arrendamento	216.096	-
Fornecedores	15.757	41.023
Outros passivos financeiros	2.116	2.046
	261.351	89.879
Total	261.351	89.879

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	33	35
Aplicações financeiras	37.189	-
	37.222	35

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	37.189	-
	37.189	-

- (i) Operações com liquidez diária (compromisso de recompra por parte do banco) com taxa de juros atrelada a SELIC.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	2.301	20.670
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	23	-
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	971	-
	3.295	20.670

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2019	31/12/2018
Valores depositados em garantia	1.022	1.953
	1.022	1.953

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cientes terceiros	3.390	8.182
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	4.767	4.724
	8.157	12.906
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(42)	(392)
	8.115	12.514

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	2.193	7.198
Vencidas		
Até 30 dias	1.135	747
De 31 a 60 dias	23	15
De 61 a 90 dias	20	3
Mais de 90 dias	19	219
	3.390	8.182

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.572
Provisões	1.084
Reversões e baixa	(2.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	392
Provisões	195
Reversões e baixa	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	42

5.5 Adiantamento de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes	551	551
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	-	25.602
	551	26.153

(i) Os adiantamentos a clientes são referentes à partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

5.6 Debêntures privadas

Em 30 de abril de 2012, a Companhia adquiriu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$100.000 emitidas pela Rumo Malha Norte S.A.. Em 02 de maio de 2019 foi assinado o aditamento do contrato com a postergação do seu vencimento, como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures privadas - Rumo Malha Norte (Nota 4.1)	30/04/2012	100.000	02/11/2020	CDI+1,50% a.a	148.321	188.299

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 14.356 em 31 de dezembro de 2018).

5.7 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2019	31/12/2018	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Finem (BNDES)	URTJLP	6,97%	27.382	46.810	dez/2029	Aquisição
Total			27.382	46.810		
Circulante			16.576	19.588		
Não circulante			10.806	27.222		
			27.382	46.810		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2019	31/12/2018
13 a 24 meses	8.773	16.449
25 a 36 meses	2.033	8.746
37 a 48 meses	-	2.027
Total	10.806	27.222

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2019	31/12/2018
Reais (R\$)	27.382	46.810
Total	27.382	46.810

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	65.891
Amortização de principal	(19.446)
Pagamento de juros	(4.168)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	4.533
Saldo em 01 de janeiro de 2019	46.810
Amortização de principal	(19.566)
Pagamento de juros	(2.712)
Atualização de juros e variação monetária	2.850
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.382

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 0,86% a.a. ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 15.391 (R\$ 46.913 em 31 de dezembro de 2018).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o TJLP de 5,57%.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 577.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, os quais são medidos a nível do grupo. As principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida/ EBITDA \leq 3,6x em dezembro de 2019	1,76
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado \geq 1,70x em dezembro de 2019	7,19
Patrimônio líquido/ Ativo total \geq 0,25 em dezembro de 2019	0,26

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.8 Passivos de arrendamento

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

	<u>Operacional</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-
Reconhecimento inicial	219.336
Apropriação de juros	27.088
Transferências	(47.144)
Reajuste contratual	16.816
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>216.096</u></u>

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2028 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>31/12/2019</u>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	63
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	13
	<u><u>76</u></u>

5.9 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais e serviços	14.774	39.453
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	922	1.508
Outros	61	62
Total	15.757	41.023
Fornecedores	9.544	22.456
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	6.213	18.567
	15.757	41.023

5.10 Adiantamento a fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	29	29
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	178	67.196
Total	207	67.225
Circulante	31	20.029
Não circulante	176	47.196
	207	67.225

- (i) Adiantamento referente a utilização de vagões para realização de serviços de transporte, custos e despesas compartilhados e compra de combustíveis.

5.11 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	13.908	17.093
PIS	3.636	4.337
ICMS ⁽ⁱ⁾	151	13
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	2.942	8.541
Outros	52	256
	20.689	30.240
Circulante	10.425	5.271
Não circulante	10.264	24.969
	20.689	30.240

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.12 Imobilizado e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração a premissa relacionada a unidade geradora de caixa, tais como: geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 identificamos indicadores de *impairment* para a unidade geradora de caixa representada pela concessão, a qual apresenta resultados negativos e baixa geração de caixa (Nota 5.12.1).

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	7.834	22.853	221.040	311.666	13.258	3.971	580.622
Adições	-	-	-	-	51.519	-	51.519
Baixas	-	(1.313)	(2.196)	-	-	(1.475)	(4.984)
Transferências	-	(581)	13.407	31.835	(45.687)	357	(669)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	7.834	20.959	232.251	343.501	19.090	2.853	626.488
Adições	-	-	(13)	-	48.342	-	48.329
Baixas	-	-	(227)	-	13	-	(214)
Transferências	(21)	6.589	13.587	28.601	(48.689)	(274)	(207)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.813	27.548	245.598	372.102	18.756	2.579	674.396
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(4.584)	(16.735)	(128.259)	(284.760)	-	(3.966)	(438.304)
Adições	(296)	(1.145)	(35.326)	(7.944)	-	-	(44.711)
Baixas	-	1.354	2.196	-	-	1.475	5.025
Transferências	-	288	-	-	-	-	288
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(37.384)	(23.451)	(10.842)	(5.084)	(76.761)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(4.880)	(16.238)	(198.773)	(316.155)	(10.842)	(7.575)	(554.463)
Adições	(151)	(973)	(12.879)	(8.093)	-	156	(21.940)
Baixas	-	-	227	-	-	-	227
Transferências	-	(185)	(3.912)	(2.885)	7.301	(135)	184
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.031)	(17.396)	(215.337)	(327.133)	(3.541)	(7.554)	(575.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.954	4.721	33.478	27.346	8.248	(4.722)	72.025
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.782	10.152	30.261	44.969	15.215	(4.975)	98.404

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve custo de empréstimos capitalizados.

Análise de perda ao valor recuperável

A análise de indicadores de *impairment* realizada pela Companhia apontou a necessidade de testar para *impairment* os ativos. O valor recuperável para os ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso foi determinado através da metodologia do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA projetado para a unidade geradora de caixa, sem crescimento de volume transportado não contratado, no prazo remanescente da concessão, e (ii) a taxa de desconto (WACC) de 9% ao ano, antes dos impostos. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 109.000, frente a um valor de livros de R\$ 99.000, que inclui imobilizado e intangível. Portanto, nenhuma provisão para *impairment* foi registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

5.12.2 Direito de uso

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, ativos relacionados a arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, chamados de arrendamentos financeiros, foram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

	Infraestrutura ferroviária
Valor de custo:	
Reconhecimento inicial a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16	131.541
Transferências de outros ativos ⁽ⁱ⁾	1.173
Saldo em 01 de janeiro de 2019	132.714
Reajuste contratual	15.418
Saldo em 31 de dezembro de 2019	148.132
Amortização e perda por redução ao valor recuperável:	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-
Adições	(6.305)
Redução ao valor recuperável líquido ⁽ⁱⁱ⁾	(140.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(147.083)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	132.714
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.049

- (i) O montante refere-se a adiantamentos efetuados no início da concessão, cujo valor não apropriado era apresentado na rubrica de outros ativos;
- (ii) A Companhia registrou provisão para redução ao valor recuperável líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, limitando o saldo dos ativos de longo prazo ao valor realizável. Dessa forma, o saldo de direito de uso registrado na mesma em 31 de dezembro de 2019 foi objeto de provisão de redução ao valor recuperável.

5.13 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(131.077)	(252.965)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	44.566	86.008
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(47.026)	(88.501)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(59)	-
Outros	2.509	2.586
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(10)	93
Taxa efetiva	0,01%	-0,04%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	339.108	321.130
Base negativa de contribuição social	122.283	115.811
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	13.192	14.464
Provisão para perda ao valor recuperável	50.883	67.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	14	133
Provisão para não realização de impostos	1.882	2.628
Provisão para participação nos resultados	885	969
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	53.142	39.837
Passivo de arrendamento	73.473	-
Diferenças temporárias sobre outras provisões	2.113	2.373
Outros	179	296
Tributos diferidos - Ativos	657.154	564.900
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(657.154)	(564.900)
Total de tributos diferidos	-	-

5.14 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	18.740	18.371
Cíveis, regulatórias e ambientais	6.542	5.560
Trabalhistas	11.856	16.762
	37.138	40.693

	Depósitos judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	99	96
Cíveis, regulatórias e ambientais	23.580	22.342
Trabalhistas	16.703	13.441
	40.382	35.879

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	17.985	6.259	14.542	38.786
Provisionados no exercício	55	1.122	6.706	7.883
Baixas por reversão ou pagamento	(6)	(1.661)	(7.213)	(8.880)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	337	(160)	2.727	2.904
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.371	5.560	16.762	40.693
Provisionados no exercício	52	879	7.118	8.049
Baixas por reversão ou pagamento	-	(822)	(13.217)	(14.039)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	317	925	1.193	2.435
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.740	6.542	11.856	37.138

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	70.312	78.115
Cíveis, regulatórias e ambientais	417.380	368.395
Trabalhistas	93.133	82.613
	580.825	529.123

- **Tributárias:**

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	46.393	45.554
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	23.440	32.473
Outros	479	88
	70.312	78.115

- (i) O fisco estadual autuou a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis ⁽ⁱ⁾	270.841	252.477
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	105.571	78.572
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	40.968	37.346
	417.380	368.395

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

- **Trabalhistas:**

	31/12/2019	31/12/2018
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	93.133	82.613
	93.133	82.613

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.15 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valores em discussão judicial:		
Arrendamento	1.440.656	1.324.854
Concessões	87.582	81.291
	<u>1.528.238</u>	<u>1.406.145</u>

Valores em discussão judicial

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Os depósitos judiciais referentes às ações acima mencionadas totalizam:

<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>21.703</u>	<u>20.690</u>
<u>21.703</u>	<u>20.690</u>

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 5.13.

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Companhia, em janeiro de 2020 a Agência deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

5.16 Passivo a descoberto

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$551.915 sendo assim constituído:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%
Rumo S.A.	459.058	100%	19.402	100%
Total de ações em circulação	459.058	100%	19.402	100%

(i) Em milhares de ações

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta na venda de serviços	113.601	104.577
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(14.744)	(15.136)
Receita operacional líquida	98.857	89.441

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2019	31/12/2018
Transporte de carga e acessórios	84.033	88.834
Outros	14.824	607
Receita operacional líquida	98.857	89.441

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Material de uso e consumo	(7.313)	(8.117)
Despesa com pessoal	(36.531)	(36.550)
Depreciação e amortização	(21.481)	(44.668)
Despesas com serviços de terceiros	(11.022)	(13.373)
Despesas com transporte e elevação	(11.792)	(11.792)
Arrendamento e concessão	-	(42.371)
Outras despesas	(14.936)	(18.273)
	(103.075)	(175.144)
Custo dos serviços prestados	(96.236)	(166.698)
Despesas comerciais	33	962
Despesas gerais e administrativas	(6.872)	(9.408)
	(103.075)	(175.144)

6.3 Outras (despesas) receitas, líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Efeito líquido das demandas judiciais	(4.092)	(7.616)
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.11)	(16.815)	(77.511)
Créditos fiscais extemporâneos	2.459	-
Outros	1.365	1.273
	(17.084)	(83.854)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(2.792)	(4.488)
Amortização do gasto de captação	(568)	(97)
Fianças e garantias sobre dívidas	(911)	(1.810)
	(4.271)	(6.395)
Rendimentos de aplicações financeiras	2.372	675
	2.372	675
Custo da dívida, líquida	(1.899)	(5.720)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	13.308	15.760
Arrendamento e concessão	(81.231)	(79.868)
Passivo de arrendamento	(27.088)	-
Despesas bancárias e outros	(8.730)	(8.777)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(2.560)	(3.150)
Juros sobre outras obrigações	(1.575)	(1.653)
	(107.876)	(77.688)
Resultado financeiro, líquido	(109.775)	(83.408)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(125.455)	(99.843)
Receitas financeiras	15.680	16.435
Resultado financeiro, líquido	(109.775)	(83.408)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(131.087)	(252.872)
Por ação ordinária	(125.771)	(242.618)
Por ação preferencial	(5.316)	(10.254)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações	19.402	19.402
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,27398)	(0,52851)
Por ação preferencial	(0,27398)	(0,52851)